

PROVA DE NOÇÕES DE DIREITO**QUESTÃO 21**

Segundo a sistemática constitucional, **NÃO** se trata de exceção ao princípio da separação de poderes a:

- a) possibilidade de adoção de medida provisória pelo Presidente da República.
- b) delegação de atribuições legislativas ao Presidente da República.
- c) possibilidade de que Deputados Federais e Senadores exerçam funções de Ministro de Estado.
- d) possibilidade de intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal para garantir o livre exercício dos poderes.

QUESTÃO 22

Considere as seguintes afirmativas:

- I. Por seu caráter universal e por terem a função de proteger os cidadãos contra o uso abusivo do Poder estatal, os direitos fundamentais são considerados ilimitados.
- II. Em perspectiva evolutiva, têm-se considerado modernamente como de 3ª geração os direitos fundamentais de solidariedade, englobando o direito ao meio ambiente equilibrado, à paz, ao desenvolvimento etc.
- III. Como regra geral, as normas que prevêm os direitos e garantias fundamentais têm eficácia e aplicabilidade imediata.

Responda à questão de acordo com a seguinte chave de resposta:

- a) se apenas a afirmativa I for correta.
- b) se apenas a afirmativa III for correta.
- c) se apenas as afirmativas II e III forem corretas.
- d) se todas as afirmativas forem corretas.

QUESTÃO 23

Ao trabalhador doméstico são constitucionalmente assegurados os seguintes direitos sociais, **EXCETO**:

- a) Irredutibilidade de salário.
- b) Fundo de garantia do tempo de serviço.
- c) Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
- d) Licença-paternidade, nos termos fixados em lei.

QUESTÃO 24

Sobre a organização do Município, é correto afirmar:

- a) Em decorrência de vedação constitucional, não há Conselho ou Tribunal de Contas de Município no Brasil.
- b) Aplicam-se ao vereador as mesmas regras constitucionais sobre inviolabilidade dos congressistas.
- c) A previsão de eleição do chefe do Executivo e de seu vice em dois turnos só se aplica aos municípios com mais de 200 mil eleitores.
- d) Votada em dois turnos e exigindo quórum de aprovação de 2/3 dos membros da Câmara Municipal, a Lei Orgânica é promulgada pelo Prefeito.

QUESTÃO 25

Constitui matéria da competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, **EXCETO**:

- a) Organizar, manter e executar a inspeção do trabalho.
- b) Preservar as florestas, a fauna e a flora.
- c) Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.
- d) Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

QUESTÃO 26

No âmbito das finanças públicas, é constitucionalmente vedado:

- a) Iniciar programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.
- b) Abrir crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem a indicação dos recursos correspondentes.
- c) Incluir na lei orçamentária anual dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.
- d) Autorizar, ainda que por lei, o início de investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro.

QUESTÃO 27

Considere as duas colunas:

- | | |
|------------------------------|---|
| 1 – Autarquia | () órgão público |
| 2 – Empresa pública | () ente da Administração Indireta de natureza pública |
| 3 – Presidência da República | () pessoa jurídica de direito privado integrante da Administração Indireta |
| 4 – Organização Social | () entidade do terceiro setor |

Indique a opção que estabelece a **CORRETA** correlação entre as duas colunas:

- a) 3,1,2,4
- b) 1,4,2,3
- c) 3,2,4,1
- d) 4,1,3,2

QUESTÃO 28

Complete corretamente:

O estabelecimento da idade máxima de 35 anos para provimento de um determinado cargo público:

- a) é, em qualquer hipótese, inconstitucional.
- b) depende apenas de previsão no edital do concurso.
- c) depende apenas de previsão legal.
- d) há que decorrer da natureza do cargo, dependendo ainda de previsão legal.

QUESTÃO 29

Determinada norma federal impõe à Administração Pública “adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público”.

Por seu conteúdo, a norma se refere, essencialmente, ao princípio da:

- a) Prevalência do interesse público.
- b) Segurança jurídica.
- c) Impessoalidade.
- d) Razoabilidade.

QUESTÃO 30

São hipóteses de licenças funcionais previstas no Estatuto dos Funcionários do Estado de Minas Gerais, **EXCETO** a requerida:

- a) por motivo de doença em pessoa da família do servidor.
- b) para tratar de interesses particulares.
- c) para possibilitar, quando o horário o exigir, a frequência regular às aulas
- d) para atender convocação para o Serviço Militar.

QUESTÃO 31

No processo de competência do Tribunal do Júri, o recurso cabível contra a nulidade ocorrida após a pronúncia é:

- a) apelação.
- b) recurso em sentido estrito.
- c) carta testemunhável.
- d) revisão.

QUESTÃO 32

No processo penal a sentença deverá conter, obrigatoriamente, **EXCETO**:

- a) a data e a assinatura do juiz.
- b) a indicação dos artigos de lei aplicados.
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d) a indicação dos motivos de fato e de direito em que se fundar a decisão.

QUESTÃO 33

Assinale o tribunal em cuja composição se aplica a regra do “quinto constitucional”:

- a) Superior Tribunal Militar.
- b) Tribunal Regional do Trabalho.
- c) Tribunal Regional Federal.
- d) Superior Tribunal de Justiça.

QUESTÃO 34

Considera-se requisito extrínseco de admissibilidade do recurso no processo civil:

- a) regularidade formal.
- b) cabimento.
- c) interesse em recorrer.
- d) inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer.

QUESTÃO 35

Em relação à disciplina dos atos processuais estabelecida no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) em qualquer hipótese, a nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.
- b) a continência não determina a distribuição por dependência.
- c) constitui efeito material da citação válida fazer litigiosa a coisa.
- d) a impugnação do valor da causa será autuada em apenso, ouvindo-se o Autor no prazo de 10 (dez) dias.

QUESTÃO 36

Assinale a modalidade de licitação em que o instrumento convocatório **NÃO** é um edital:

- a) convite.
- b) concurso.
- c) leilão.
- d) tomada de preços.

QUESTÃO 37

Entre os princípios da licitação expressamente citados na Lei 8.666/93, **NÃO** se encontra o da:

- a) impessoalidade.
- b) razoabilidade.
- c) igualdade.
- d) proibidade administrativa.

QUESTÃO 38

Assinale o prazo máximo do contrato administrativo que tem como objeto o aluguel de equipamentos de informática:

- a) 60 (sessenta) meses
- b) 12 (doze) meses.
- c) 48 (quarenta e oito) meses.
- d) o da vigência do crédito orçamentário respectivo.

QUESTÃO 39

Assinale a comarca que **NÃO** faz parte da Circunscrição Judiciária Metropolitana de Belo Horizonte, nos termos da Lei Complementar 59:

- a) Santa Luzia.
- b) Betim.
- c) Contagem.
- d) Nova Lima.

QUESTÃO 40

Nos termos da Constituição Estadual, **NÃO** compete ao Tribunal de Justiça julgar, em grau de recurso:

- a) causa relativa a registro público.
- b) causa relativa a proteção do meio ambiente e do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
- c) causa relativa a posse.
- d) causa relativa a falência e concordata.